

A ESCUTA NAS TRÊS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS DO ATO DE INSTAURAÇÃO DA CRIANÇA NA LÍNGUA MATERNA

LISTENING IN THE THREE ENUNCIATION OPERATIONS OF THE CHILD'S INTRODUCTION INTO THEIR NATIVE LANGUAGE

Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS/CNPq)

elcostasilva@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-6036-5285>

RESUMO: Neste artigo, tem-se como objetivo responder à seguinte pergunta: qual é o papel da escuta nas diferentes macro-operações enunciativas, para a criança realizar as principais mudanças no interior dessas macro-operações? A fim de responder à pergunta, o texto apresenta uma base teórica e uma base analítica. A base teórica é constituída pela revisita a textos das obras Problemas de Linguística Geral I e Problemas de Linguística Geral II, de Émile Benveniste, para mostrar como comparece o termo ouvinte nas problematizações sobre linguagem, língua e enunciação. A partir da noção de ouvinte, será apresentada uma concepção de escuta como instância enunciativa intermediária das realizações vocais nas inversibilidades enunciativas eu-tu. A essa construção teórica, a partir de Benveniste (1995; 1989), é agregada a reflexão sobre a aquisição de língua materna proposta por Silva (2007; 2009), com a apresentação do funcionamento das três macro-operações enunciativas no ato de instauração da criança na língua materna. Com o propósito de responder à questão analiticamente, são retomados recortes enunciativos presentes em Silva (2007), para ilustrar o papel da escuta em cada uma das macro-operações. O estudo aponta, por fim, a interdependência de realizações vocais e de escutas na história de enunciações da criança e, conseqüentemente, em sua instauração na língua materna.

PALAVRAS-CHAVE: aquisição da linguagem; enunciação; escuta.

ABSTRACT: This article aims to answer the following question: what is the role of listening in the different enunciative macro-operations for the child to carry out the main changes within these macro-operations? In order to answer this question, the article features a theoretical basis and an analytical basis. The theoretical basis consists of revisiting texts from Émile Benveniste's books Problems in General Linguistics I and Problems in General Linguistics II, to show how the term listener appears in the reflections about language, a language [langue] and enunciation. Based on the notion of listener, we will present a concept of listening as an in-between enunciative instance of vocal manifestations in the enunciative invertibility I-you.

This theoretical construction, based on Benveniste (1995; 1989), is combined with the reflection on native language acquisition proposed by Silva (2007; 2009), which presents the functioning of the three enunciative macro-operations in the child's introduction into their native language. To answer the question analytically, enunciative fragments presented by Silva (2007) are reviewed to illustrate the role of listening in each of the macro-operations. Finally, the study points to the interdependence of vocal manifestations and listening in the history of the child's enunciations and, consequently, in their introduction into their native language.

KEYWORDS: *language acquisition; enunciation; listening.*

1 Introdução

Este trabalho, ao relacionar os campos da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste¹ e da Aquisição da Linguagem, tem como tema *a escuta nas três operações enunciativas do ato de instauração da criança na língua materna, propostas por Silva (2007, 2009)*. Essa relação entre esses campos se estabelece, no cenário científico brasileiro, a partir da tese de Silva (2007) e de sua publicação em livro (SILVA, 2009), textos nos quais propomos uma explicação sobre o que nomeamos “instauração da criança na língua materna”. Nesse estudo inaugural e em posteriores, dedicamo-nos ao aspecto vocal da enunciação nas relações criança-outro, com atenção às realizações fônicas. Atualmente, temos incorporado a escuta como uma instância teórica, metodológica e analítica nos estudos aquisicionais², pois compreendemos que, entre uma enunciação e outra, a escuta comparece como instância mediadora.

Por isso, neste artigo, revisitamos as três macro-operações enunciativas descritas e explicadas por Silva (2007; 2009) – a *operação de preenchimento de lugar enunciativo*, a *operação de referência* e a *operação de inscrição enunciativa na língua-discurso* –, com vistas a verificar o papel da escuta no interior de cada macro-operação como instâncias teórica, metodológica e analítica.

¹ A ideia de uma Teoria da linguagem, conforme Flores (2013), na obra benvenistiana, envolve a proposta enunciativa como uma parte dessa reflexão, mas não a única, visto haver, no trabalho de Benveniste, sempre a preocupação acerca dos diferentes modos de presença do humano na linguagem. Além da argumentação de Flores (2013), pontuamos que, no prefácio da obra *Problemas de Linguística Geral I*, Benveniste, ao pontuar que esboçará um panorama das recentes pesquisas sobre a teoria da linguagem e as perspectivas que elas abrem, parece se colocar nessa abertura de perspectivas do que nomeia como “Teoria da Linguagem”.

² O tema da escuta, no ato de instauração da criança na língua materna, tem sido tratado, após os estudos de pós-doutorado realizados em 2020 com o Prof. Dr. Lourenço Chacon na UNESP- São José do Rio Preto. Essa reflexão comparece em diferentes publicações: Silva e Oliveira (2021); Silva (2022); Silva e Diedrich (2022); Silva e Chacon (2023).

Mais precisamente, a pergunta a ser respondida é a seguinte: *qual é o papel da escuta, nas diferentes macro-operações enunciativas, para a criança realizar as principais mudanças no interior dessas macro-operações?*

Em termos teóricos, serão revisitados textos das obras *Problemas de Linguística Geral I* e *Problemas de Linguística Geral II*, de Émile Benveniste, para mostrar como comparece o termo *ouvinte* nas suas problematizações sobre linguagem, língua e enunciação desenvolvidas pelo linguista. A partir da noção de *ouvinte*, será apresentada uma concepção de escuta como instância enunciativa intermediária das realizações vocais nas inversibilidades enunciativas *eu-tu*. A essa construção teórica, a partir da perspectiva de Benveniste (1995; 1989), é agregada a reflexão sobre aquisição de língua materna proposta por Silva (2007; 2009), com a apresentação do funcionamento das três macro-operações enunciativas no ato de instauração da criança na língua materna.

Em termos metodológico e analítico, o trabalho envolverá o seguinte percurso: 1) observação de dados longitudinais pertencentes à obra de Silva (2007); 2) reconstituição de dois fatos enunciativos transcritos para cada macro-operação; 3) realização de análise, com a verificação da relação entre os fatos enunciativos em cada macro-operação; 4) retorno à reflexão teórica para tratar das mudanças da criança em sua instauração como falante em sua língua materna nas relações enunciativas com outro(s) de seu convívio, com atenção ao papel da escuta nessas mudanças.

Para responder à questão, o artigo está estruturado em três seções além desta introdução: uma seção teórica, uma seção metodológico-analítica e uma seção de conclusão.

2 A Teoria da Linguagem de Émile Benveniste e a instauração da criança na língua materna: o lugar do ouvinte e da escuta

Nesta seção, apresentaremos o seguinte percurso teórico: 1) exploração da presença do termo *ouvinte* na Teoria da Linguagem de Émile Benveniste, 2) proposição da noção de *escuta* como um ato de enunciação e 3) exposição do modo como Silva (2007; 2009) concebe a instauração da criança na língua materna, com foco nas mudanças associadas às três macro-operações enunciativas: a *de preenchimento de lugar enunciativo*, a *de referência* e a *de inscrição enunciativa na língua-discurso*.

2.1 A Teoria da Linguagem de Émile Benveniste: o lugar de ouvinte

A consideração da “escuta” como ato de enunciação a partir da perspectiva de Émile Benveniste envolveu verificar, nessa perspectiva, o lugar ocupado pelo ouvinte em suas problematizações sobre linguagem, língua e enunciação.

Benveniste (1995), no capítulo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, concebe a linguagem como uma faculdade simbólica humana, que possibilita às línguas significarem e ao humano significar por meio de uma língua. Conforme o linguista, a faculdade de simbolizar é universal e inerente à condição humana. Já as línguas, particulares e variáveis, são meios para os humanos produzirem relações de significação. Essa faculdade simbolizante é o fundamento da abstração e, por isso, necessária à formação de conceitos.

A linguagem, que se realiza em uma língua e se atualiza nos discursos falados, materialidade deste estudo, apresenta dois planos. No plano material, vale-se do aparelho vocal para produzir-se e do aparelho auditivo para ser percebida (formas são emitidas e ouvidas). No plano imaterial, comunica significados, com a “evocação” de acontecimentos e experiências. Assim, o linguista, em sua noção de *linguagem*, contempla, de um lado, o aspecto natural/biológico (aparelhos vocal e auditivo) e, de outro lado, o aspecto simbólico e imaterial (a significação).

No capítulo “Da subjetividade da linguagem”, quando defende ser “*na* linguagem e *pela* linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifos nossos), o linguista leva-nos a assumir a linguagem como constitutiva do humano e como mediadora das relações humanas. Nessa função mediadora da linguagem, Benveniste (1995), ao tratar da comunicação intersubjetiva, concede lugar ao locutor e ao ouvinte, como acompanhamos na passagem a seguir de “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”: “A situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade.” (BENVENISTE, 1995, p. 26). Dessa maneira, atentamos para o fato de que, na função mediadora da linguagem, Benveniste inscreve um lugar para o ouvinte.

Ao problematizar a noção de *língua*, Benveniste defende haver dois modos dela existir: como sistema (domínio semiótico) e como discurso (domínio semântico). Nesses dois domínios, forma e sentido são consideradas noções gêmeas e, por isso, interdependentes. Embora não explicita o termo *ouvinte* ao teorizar acerca desses domínios, Benveniste (1989), nos capítulos “Os níveis da análise linguística” e “A forma e o sentido na linguagem”, não deixa

de considerar a presença de duas faculdades humanas importantes em cada domínio: a identificação (reconhecimento) de uma unidade/signo como pertencente ao domínio sistêmico da língua e a compreensão, no domínio discursivo, do sentido da palavra em emprego na frase e do sentido e da referência da frase. A pergunta “tem sentido?” – relacionada à identificação de formas como pertencentes ao sistema – e a pergunta “qual sentido?” – ligada à compreensão do discurso – podem estar atreladas, nas manifestações faladas, à instância de ouvinte como falante nativo de uma língua. Assim, consideramos que identificação e compreensão são faculdades vinculadas, nos discursos falados, ao ouvinte em sua relação com a língua nos domínios sistêmico (semiótico) e discursivo (semântico).

Para Benveniste (1989), a identificação (reconhecimento) de uma unidade como signo pertencente ao sistema requer a consideração do próprio sistema e de seu uso, fato que o leva, inclusive, à seguinte formulação: “Enunciemos então este princípio: tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 227). Essa identificação das formas da língua e de suas oposições é considerada, pelo linguista, o sentido no domínio semiótico.

Quando trata do domínio semântico, Benveniste (1989) argumenta que, nesse domínio, a língua exerce uma função mediadora entre os humanos e entre o humano e o mundo: “[...] transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens.” (BENVENISTE, 1989, p. 229). Na caracterização desse aspecto mediador, novamente vemos reservado um lugar para o ouvinte, pois transmitir a informação, comunicar a experiência, impor a adesão, suscitar respostas, constringer e implorar requer o estabelecimento de relação entre alguém que produz um discurso falado e alguém que o ouve.

Esse ouvir se atrela à produção de sentidos, pois, para o linguista, o sentido da frase consiste na ideia global por ela expressa. A esse propósito, Benveniste (1989) observa que “o sentido da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global” (BENVENISTE, 1989, p. 232). Acompanhamos, nessa passagem, o autor vincular a compreensão global à ideia percebida, percepção que está atrelada a um ouvinte. Já o sentido da palavra consiste em seu emprego local no agenciamento com outras palavras na frase, sentido que se relaciona também à compreensão do ouvinte acerca desse emprego.

Além disso, Benveniste argumenta que, se o sentido da frase é a ideia que ela exprime, a referência da frase é o estado de coisas que a provoca, questão atrelada à situação de discurso ou ao fato a que frase se reporta. Lembremos que, para o linguista, situação e fato reportado são

sempre imprevisíveis e singulares, porque, no caso dos discursos falados, relacionados a quem produz vocalmente o discurso e a quem ouve esse discurso em dada situação enunciativa.

Também, em “O aparelho formal da enunciação, acompanhamos muitas passagens com a presença do termo “ouvinte”. Após enumerar que, na enunciação, consideramos, “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 1989, p. 83), Benveniste defende que, depois da enunciação, “a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1989, p. 83, 84). Com isso, observamos a presença do ouvinte como instância mediadora entre uma enunciação e outra.

Na sequência, o linguista sustenta que toda enunciação é uma alocução, pois todo aquele que se declara locutor e assume a língua necessariamente implanta o outro diante de si. Nesse sentido, a relação locutor-alocutário é constitutiva do ato enunciativo.

Ao abordar a relação da enunciação com a referência, Benveniste (1989) pontua que a condição da mobilização e da apropriação da língua pelo locutor se relaciona à sua necessidade de referir para possibilitar ao outro correferir, fato que faz cada locutor se tornar um colocutor. Parece-nos, nesse caso, que a referência também, necessariamente, implica a relação do locutor com o ouvinte.

Em relação tanto ao ato quanto ao estabelecimento de referência, o outro é um lugar enunciativo implantado pelo locutor. No âmbito do discurso falado, podemos afirmar que já há um lugar de ouvinte constituído na enunciação do locutor, conforme argumentam Silva e Oliveira (2021).

Esses lugares – de locutor e alocutário – manifestam-se no discurso por um jogo de formas específicas, como a emergência dos índices de pessoa (*eu-tu*), em que *eu* denota o indivíduo que profere a enunciação e *tu*, o indivíduo que está na enunciação situado como alocutário. Por isso, a passagem de locutor a *eu* no ato de enunciação, na inversibilidade enunciativa, pode levar a outra passagem, a de alocutário-*tu* a locutor-*eu* na escuta e, conseqüentemente, na enunciação de retorno. Como apontamos anteriormente, essa inversibilidade tem, nas realizações fônicas, um *ouvinte* que é afetado por uma enunciação para, na sequência, realizar uma enunciação de retorno.

Ao conceber o monólogo como um diálogo interiorizado, Benveniste (1989) volta a empregar o termo *ouvinte*, com a argumentação de que, no monólogo, há o diálogo entre um *eu locutor* e um *eu ouvinte*.

A verificação da presença do termo *ouvinte*, na Teoria da Linguagem de Émile Benveniste, leva-nos a conceber tal termo como uma instância mediadora para a recriação de realidade discursiva em sua reflexão sobre linguagem. Também nos leva a considerá-lo como atribuidor de sentidos nos dois domínios da língua: como aquele que identifica uma unidade semiótica (sistêmica) e como aquele que realiza a compreensão singular de um discurso. Na reflexão enunciativa, o ouvinte é a instância afetada por uma enunciação para realizar uma enunciação de retorno na inversibilidade enunciativa *eu-tu*.

2.2 Enunciação e escuta: aproximações entre Barthes e Benveniste

A inspiração para abordar a “escuta” está relacionada à leitura de Roland Barthes (1976), no verbete “Da escuta”, presente na *Enciclopédia Einaudi*. Essa leitura inspiradora nos levou a pensar o tema à luz do viés enunciativo benvenistiano.

O filósofo aborda três tipos de escuta. O primeiro tipo está atrelado ao tato, ao paladar, ao olfato, à visão e à audição. Construída a partir da audição, tal escuta está ligada ao reconhecimento de ruídos do espaço familiar. Essa primeira escuta é responsável pela seleção de elementos na multiplicidade de contatos do indivíduo com o mundo, processo que a faz constituir-se como a própria operação de uma metamorfose de passagem do múltiplo da natureza à triagem pertinente ao indivíduo em dado espaço social. Já o segundo tipo de escuta corresponde à interpelação de um sujeito por um outro, pois coloca, em relação, quase física, esses sujeitos (pela voz e pela orelha). Por fim, o terceiro tipo está relacionado ao desejo de “agarrar” significantes em uma operação de seleção do que escutar.

Ao relacionar a primeira e a segunda escutas, Barthes (1976) produz a seguinte síntese:

Tal como o primeiro tipo de escuta transforma o ruído em índice, este segundo tipo metamorfoseia o homem em sujeito dual: a interpelação leva a uma interlocução, na qual o silêncio do ouvinte será tão activo como a palavra do locutor: poder-se-ia dizer que **a escuta fala**; é neste estágio (histórico ou estrutural) que intervém a escuta psicanalítica. (BARTHES, 1976, p. 140-141, grifos nossos).

Ao pensar a escuta em uma relação dual e ao argumentar que a *escuta fala*, Barthes (1976) possibilita-nos deslocar a sua reflexão, principalmente sobre a segunda escuta, para pensarmos esse fenômeno no quadro enunciativo. A inversibilidade enunciativa *eu-tu*, tão enfatizada sob o ponto de vista da realização vocal, ocorre também sob o viés da recepção. Há, assim, nas relações enunciativas, inversibilidade e, portanto, intersubjetividade de *escutas*.

Nessa perspectiva, se Barthes diz que a “a escuta fala”, temos defendido que “a escuta é uma enunciação”.

Conforme abordamos na seção anterior, Benveniste (1989) relaciona o locutor à *necessidade de referir* e o outro à *possibilidade de correferir*, fato que faz cada locutor se constituir em colocutor. O locutor, assim, ao implantar um alocutário para correferir, concede-lhe um lugar de ouvinte e, conseqüentemente, de escuta. Conforme argumentam Silva e Oliveira (2021), esse lugar de escuta é condição para duas novas enunciações, uma durante e outra a partir da escuta. Essa reflexão é respaldada pelos autores na seguinte formulação de Benveniste: “Toda enunciação é, **explícita ou implicitamente**, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifos nossos). A partir dessa citação, Silva e Oliveira (2021) defendem a escuta como uma *enunciação implícita*. Essa enunciação, ainda que não se explicita em palavras para o outro, marca a alternância enunciativa e insere, na “estrutura do *diálogo*”, “duas figuras na posição de parceiros [que] são alternativamente protagonistas da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 87, itálico do original).

Logo, assumimos, neste artigo, a escuta como uma enunciação implícita e instanciada entre uma enunciação explícita e outra, pois, no âmbito da enunciação falada, na instância de discurso, a língua converte-se em “forma sonora que **atinge um ouvinte** e que suscita uma outra **enunciação de retorno**” (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifos nossos).

Nesse sentido, a escuta funciona como um elo intermediário entre uma enunciação explícita anterior e uma enunciação explícita de retorno. Retomando Silva e Oliveira (2021), concebemos que, “vinculada ao aspecto vocal da enunciação, a escuta parece estar no meio do caminho das emissões vocais e ser o que possibilita a inversibilidade das pessoas no ato enunciativo falado.” (SILVA; OLIVEIRA, 2021, p. 171).

Finalizamos esta seção sintetizando, com a figura a seguir, a relação entre enunciações explícitas (realizações vocais) e enunciação implícita (escuta):

Figura 1 – Relação entre realizações vocais e escuta



Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa figura, procuramos ilustrar que, entre as realizações vocais (enunciações explícitas), há uma escuta (enunciação implícita) como condição de relação entre essas realizações vocais no fio do discurso.

2.3 O ato de instauração da criança na língua materna e as três operações enunciativas

A explicação para o ato de instauração da criança na língua materna a partir da perspectiva benvenistiana de linguagem é produzida por Silva (2007; 2009) via caracterização de três macro-operações: a *operação de preenchimento de lugar enunciativo*, a *operação de referência* e a *operação de inscrição enunciativa na língua-discurso*. A reflexão sobre a mudança da relação da criança com a língua e com o outro em cada uma dessas três macro-operações é realizada por meio do dispositivo enunciativo (*eu-tu/ele*)-*ELE*, um operador teórico que comporta as relações de pessoa (*eu-tu*), a referência (*ele*) e a cultura (*ELE*) como constitutiva da língua presente na referência atualizada nas relações enunciativas entre *eu* e *tu*.

Em cada uma das operações, Silva (2007; 2009) dá relevo, metodologicamente, a elementos distintos do dispositivo: na primeira operação, está em jogo a relação entre as pessoas (*eu* e *tu*); na segunda operação, destaca-se a relação das pessoas (*eu* e *tu*) com a referência (*ele*); na terceira operação, salienta-se a marcação das coordenadas de pessoa, tempo e espaço como possibilidade de a criança situar-se no discurso *sui*-referencialmente e valer-se de formas complexas do discurso.

Na primeira operação, há duas relações implicadas na intersubjetividade enunciativa do ato de aquisição: a conjunção *eu-tu* e a disjunção *eu/tu*. Nessa operação, a criança passa de convocada pelo outro – aspecto da conjunção criança-outro (*eu-tu*) – a convocar o outro – aspecto da disjunção/separação criança/outro (*eu/tu*). De acordo com Silva (2007; 2009), essa operação é, justamente, condição necessária às demais.

Inseparável da operação de intersubjetividade está a de referência. Por isso, além das relações de conjunção e disjunção no ato de instauração da criança na língua materna, Silva (2007; 2009) ressalta o que nomeia macro-operação de referência (*ele*). Nessa macro-operação, a autora observa, nas instâncias de discurso criança-outro, a passagem de uma referência mostrada, ancorada na situação, para uma referência discursiva, ancorada na realidade de discurso.

Na terceira operação, realiza-se a *inscrição enunciativa da criança na língua-discurso* e o uso de procedimentos pela criança relacionados à complexidade do dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE*. Nessa operação, ocorre a passagem de um uso discursivo de marcação de coordenadas de pessoa, tempo e espaço para uma realidade de discurso em que a enunciação se desdobra em duas. A presença do índice de pessoa *eu* no discurso da criança e a organização do eixo temporal – retrospectivo e prospectivo em relação ao presente enunciativo – possibilitam a estabilidade *sui-referencial* do locutor (*eu*) e referencial (*ele* do discurso). Essa marcação intradiscursiva de pessoa, espaço e tempo provoca, na criança, a criação de realidades no discurso, seja pela retrospectão, seja pela projeção de acontecimentos na enunciação.

Com isso, Silva (2007; 2009) defende que a criança produz uma história de enunciações, por meio da qual se instaura no sistema linguístico-cultural da sociedade onde vive. Para a autora, a condição de intersubjetividade é o que possibilita à criança, por intermédio dessa história de enunciações, instaurar-se em sua língua materna.

Conforme apresentado nesta seção, Silva (2007; 2009) aborda tal instauração desde o ponto de vista da realização vocal. Embora considere a escuta implicada nessa instauração, a autora não explora, em seus estudos iniciais, tal fenômeno como instância teórica, metodológica e analítica.

Portanto, neste artigo, revisitamos Silva (2007; 2009), enfatizando o papel da escuta nas mudanças no interior das macro-operações do ato de instauração da criança na língua materna.

3 Metodologia e análise: a interdependência entre realização vocal e escuta na instauração da criança na língua materna

Considerando o fato de que qualquer metodologia é determinada pela teoria eleita pelo pesquisador, apresentaremos e analisaremos fatos enunciativos, constituídos a partir de recortes enunciativos presentes em Silva (2007) no entrecruzamento de duas vozes: 1) a da Teoria da Linguagem de Benveniste e 2) a da perspectiva aquisicional enunciativa (2007; 2009), alicerçada na perspectiva benvenistiana de linguagem, língua e enunciação.

À abordagem de Silva (2007; 2009), temos acrescentado, conforme seção anterior, a noção de *ouvinte* e, conseqüentemente, a noção de *escuta*, considerada como um ato de enunciação, porque vinculada a uma instância de discurso, espaço no qual uma forma sonora de um locutor afeta o outro e possibilita a realização vocal de outra enunciação de retorno.

Desse modo, com o propósito de responder analiticamente à questão deste artigo, revisitaremos recortes enunciativos representativos das três macro-operações (SILVA, 2007; 2009). Tais recortes serão retirados de Silva (2007) para a verificação do papel da escuta na mudança da relação da criança com o outro e com a língua em cada macro-operação.

Esses recortes serão tomados como fatos enunciativos para a análise a partir do seguinte percurso: 1) observação dos recortes enunciativos da obra de Silva (2007); 2) reconfiguração desses recortes em dois fatos enunciativos transcritos em cada macro-operação; 3) realização de análise, com a verificação da relação entre os fatos enunciativos em cada macro-operação; 4) retorno à reflexão teórica para tratar das mudanças da criança na instauração como falante de sua língua materna nas relações enunciativas com outro(s) de seu convívio, com atenção para o papel da escuta nessas mudanças.

3.1 A operação de preenchimento enunciativo: o papel da escuta

Nesta operação, conforme Silva (2007; 2009), estão configuradas as relações de conjunção *eu-tu* e de disjunção *eu/tu*. Na relação de conjunção, o caráter de pessoa de *eu* e de *tu* se estabelece em uma estrutura mútua. Na relação de disjunção, o *eu* implanta o *tu*, rompe unidade da relação *eu-tu* e constitui-se como pessoa subjetiva em oposição a *tu*, pessoa não subjetiva. Por meio dessas duas relações, a autora mostra a criança preenchendo um lugar enunciativo em uma relação conjunta com o outro e em direção a um movimento de separação

do outro nesse preenchimento do lugar enunciativo. Os dois fatos enunciativos a seguir são representativos dessa mudança.

Fato enunciativo 1³ – A conjunção *eu-tu*

<i>Participantes:</i>	MÃE; CAR (tia, filmando); EDU (irmão de 6 anos); PAI.
<i>Idade da criança:</i>	0;11.10.
<i>Situação:</i>	FRA (criança) está em sua casa, com os familiares. A MÃE e CAR dialogam com ela na maior parte do tempo.
Com:	FRA está no banho e a MÃE começa a cantar uma musiquinha.
MÃE:	tau, tau, tiquitita tau, tau.
Com:	FRA sorri.
MÃE:	tau, tau.
Com:	a MÃE tira FRA da água e ela começa a chorar.
MÃE:	vem.
[...]	
Com:	FRA, após o banho, está deitada em sua cama, toma a mamadeira e brinca com uma boneca. A MÃE alcança um pente da boneca. Depois, FRA deita-se e, em seguida, tenta se levantar da cama.
FRA:	hum, hum, hum tau, tau, qué, tau, tau.
MÃE:	tau, tau.
FRA:	[= acena com a mão] tau, tau

Fato enunciativo 2 – A disjunção *eu-tu*

<i>Participantes:</i>	MÃE; CAR (tia, filmando); EDU (irmão de 6 anos) e PAI.
<i>Idade da criança:</i>	1;1.24.
<i>Situação:</i>	FRA está na cozinha de sua casa, juntamente com o PAI, a MÃE e EDU.
Com:	FRA tenta colocar a mamadeira no armário. Depois, tira do armário e volta-se para o PAI.
FRA:	XXX
Com:	pronunciando alguns sons, FRA alcança a mamadeira de volta para o PAI, que a segura.
FRA:	dê, ah dá [= entregando a mamadeira ao PAI]
Com:	o PAI entrega a mamadeira a FRA, que volta a entregá-la ao PAI, o qual, por sua vez, volta a devolvê-la a FRA.
FRA:	dá, ah dá, ah dá [= entregando novamente a mamadeira ao PAI]
CAR:	[= risos]
Com:	o PAI volta a entregar a mamadeira a FRA.
FRA:	ah, ah [= devolve a mamadeira ao PAI]
Com:	o PAI volta a entregar a FRA.
FRA:	ah, AH [= entrega ao PAI a mamadeira]
Com:	o PAI volta a entregar a mamadeira a FRA.

³ Na transcrição, de caráter ortográfico e em busca de aproximação da materialidade sonora, adotamos a seguinte convenção: um cabeçalho que informa os participantes da situação de enunciação, indicados pelas três letras iniciais do nome. Ainda entre parênteses, é explicitado o grau de parentesco com a criança. Os turnos de diálogo são indicados pelas três primeiras letras do nome de cada participante. “FRA” indica as iniciais da criança estudada. Os comentários do transcritor sobre aspectos da situação da enunciação são indicados com a expressão “com”. Entre colchetes [], são indicadas ações paralelas à fala e eventos não verbais, como risos. A marca @ indica pausa breve e a indicação XXX refere-se a segmentos não apreendidos pelo transcritor. Letras maiúsculas indicam a pronúncia ascendente das formas.

Nesta primeira operação, a criança está na dependência do outro, aspecto da conjunção *eu-tu*, mas se movimenta para uma separação do outro, aspecto da disjunção. Nesse movimento, observamos, no primeiro fato enunciativo, a mãe instanciar no discurso uma canção (“tau, tau, tiquitita tau, tau”) que é retomada por FRA (“hum, hum, hum tau, tau, qué, tau, tau”). Nessa inversibilidade enunciativa, a mãe volta a enunciar “tau tau”, enunciação que tem um retorno de FRA com a repetição da expressão “tau tau”, acompanhada da ação não verbal de acenar a mão.

Destacamos, aqui, a escuta como instância mediadora dos sentidos evocados pelo enunciado da mãe, bem como a compreensão da criança acerca dessa instância de discurso, compreensão indicada pela retomada das formas sonoras “tau tau” e pelo movimento de acenar juntamente com essas formas no último turno do fato enunciativo. Observamos, nesse fato, a criança sendo afetada pela enunciação do outro para realizar uma enunciação de retorno. A mãe, ao escutar a criança retornar às formas que havia enunciado, igualmente retoma tais formas. Vemos, aqui, uma conjunção *eu-tu* de realização vocal em interdependência com uma conjunção *eu-tu* de escutas.

No segundo fato enunciativo, ocorre aparentemente uma repetição de formas fônicas por parte da criança (“dê, ah, dá”) em um jogo de ações não verbais de recebimento da mamadeira pelo pai e de entrega da mamadeira pela criança ao pai. O interessante nesse jogo de ações verbais e não verbais está no fato de que FRA, com as enunciações “dê, ah dá” e “dá, ah dá, ah dá”, parece evocar, na escuta do pai, um pedido para receber a mamadeira. Nesse fato enunciativo, ganham relevo a escuta, por parte do outro, das realizações fônicas da criança e a escuta da criança dos efeitos de suas enunciações no outro, pois sua aparente repetição de formas fônicas leva o outro a uma repetição de ações não verbais. Nessas alternâncias entre realizações verbal e não verbal, a criança, em disjunção com o outro, dá indícios de compreensão, via escuta, dessa situação de enunciação.

Nesta primeira operação, vemos a criança na dependência do outro e em movimentos de separação. Assim, a relação *eu* e *tu* contém a relação de pessoa, caracterizada pela conjunção *eu-tu*, e a relação de disjunção *eu/tu*, caracterizada pelo traço de pessoa subjetiva próprio a *eu* em oposição ao traço de pessoa não subjetiva próprio a *tu*.

Nessas duas relações, temos não somente inversibilidade de realizações fônicas, mas igualmente de escutas. No aspecto de conjunção, parece salientar-se a escuta da criança relativamente à realização vocal do outro para a realização de uma enunciação de retorno. Já no aspecto da disjunção, salienta-se a escuta do outro relativamente à realização vocal da

criança com vistas à continuidade discursiva da criança. Nesse sentido, a escuta, como instância mediadora de enunciações explicitadas pela criança e pelo outro, é condição para a criança preencher seu lugar enunciativo, espaço no qual pode encontrar sua língua materna para nela ir se instaurando.

A criança deve ocupar um lugar enunciativo para que venha a enunciar. Este lugar é, primeiramente, atribuído pelo outro. Isso poderia receber abrigo na formulação “a criança é falada pelo outro”, à qual podemos acrescentar a formulação “a criança é escutada pelo outro”. Ela é falada e escutada desde o lugar que ocupa na estrutura da enunciação. Se nenhuma palavra lhe é dirigida, se nenhum sentido é atribuído à sua realização vocal, é-lhe dificultado acesso a um lugar na estrutura da enunciação e, conseqüentemente, é-lhe dificultada a sua instauração na língua materna.

3.2 A operação de referência: o papel da escuta

Nessa segunda macro-operação, conforme Silva (2007; 2009), na díade (*eu-tu*)/*ele*, ocorre a distinção pessoa/não pessoa, com a instanciação da referência (*ele*) nas enunciações de *eu* e de *tu*. De acordo com a autora, nessa macro-operação, ocorre a passagem de uma referência mostrada, ancorada na situação, para uma referência constituída no discurso, ancorada no universo intralinguístico da enunciação.

Fato enunciativo 3 – A referência mostrada

Participantes: CLA (babá); AVÓ; CAR (tia, filmando).
Idade da criança: 1;6.12.
Situação: FRA está na casa da AVÓ.

Com: FRA caminha no corredor, olha para o quarto da AVÓ e se dirige para o de CAR.
FRA: **naná [= olha para o quarto da AVÓ]**
CAR: **naná?**
Com: silêncio.

Fato enunciativo 4 – A referência interna ao discurso

Participantes: CAR (tia).
Idade: 1;10.17.
Situação: FRA está na casa da AVÓ.

Com: FRA vai até a porta da sala correndo.
FRA: **qué bicá aqui qué bicá aqui? @** Abi póta abi
CAR: hum?
FRA: **qué abi póta @** ó mãe [= dirigindo-se até a porta da sala]

CAR: hein ?
 FRA: qué abi póta
 CAR: **tá iscuru**
 FRA: ãh?
 CAR: **tá iscuru**
 FRA: cal
 CAR: claru? [= risos] @ tá claru nada tá escuru
 FRA: ai
 CAR: XXX viu?
 FRA: ãh?
 CAR: XXX vamu brincá?
 FRA: **tá cuiu lá**
 CAR: ãh?
 FRA: **tá cuia @ cuia cuia @** não abi [= tentando abrir a porta]
 CAR: **não abri viu?**
 FRA: **não abi?**
 CAR: não

Nesta segunda operação, ganham relevo os dois domínios da língua, o sistêmico (semiótico) e o discursivo (semântico), assim como o papel da escuta da criança na identificação (reconhecimento) de unidades semióticas e na compreensão global do discurso. Nesse caso, a escuta está atrelada aos dois aspectos do sentido abordados por Benveniste: o significado do signo (que é reconhecido) e a ideia da frase/do discurso (que é compreendida).

No fato enunciativo 3, a criança enuncia a forma “naná” em relação à situação enunciativa (“olha para o quarto da avó”). Nesse fato, o outro escuta a forma fônica da criança e realiza uma enunciação de retorno na função de interrogação (“naná?”). Observamos, aqui, o papel da escuta do outro para a passagem de uma referência mostrada a uma referência no discurso.

Já no fato enunciativo 4, destaca-se a ancoragem, pela criança, da referência no domínio intralinguístico do discurso (“qué bicá aqui qué bicá aqui? @ Abi póta abi”). FRA, ao evocar desejos e pedidos ao outro, recebe, após escuta do outro em um processo de compreensão do discurso, a enunciação de retorno com as formas fônicas “tá iscuru”. Ao ser afetada por essas formas fônicas do outro, a criança inicia um jogo de integração de palavras e de dissociação de unidades “tá cuiu lá/cuia cuia”, dando mostras, via escuta, da identificação de unidades semióticas (oposição u/a) e da compreensão das coordenadas espaciais “aqui” e “lá” em relação ao espaço onde se situa (“bicá aqui”/“tá cuiu lá”).

Nessa operação, destacam-se as escutas da criança e do outro impregnadas pelos sentidos da língua nos dois domínios, sistêmico e discursivo. O imbricamento das faculdades de compreensão do discurso (“qual sentido?”) e de identificação de unidades do sistema (“tem sentido?”) ganha saliência. Para Silva (2009), essa operação é explicável pela seguinte lógica:

a criança enuncia X, em que X é: a) remetido à situação de enunciação, responsável pela atribuição de referência, b) formado por unidades que estão em relação entre si; c) constituído por operações de constituição/integração dessas unidades e d) constituído por ajustes de sentido e de forma das referências produzidas na enunciação constituída por *eu* e por *tu*. (SILVA, 2009, p. 245).

Nessa lógica, vemos que a atribuição de referência e os procedimentos de constituição e integração das unidades, que relacionam os domínios discursivo e sistêmico da língua, têm na escuta uma instância fundamental para a relação referência-correferência entre a criança e o outro, bem como para as dissociações e as integrações de palavras no discurso. Isso porque a sintagmatização de formas fônicas pela criança e pelo outro depende da compreensão do sentido no discurso (semantização) e da identificação de unidades como pertencentes a um sistema partilhado no uso nativo de sua língua (identificação/reconhecimento). Esses processos de identificação e de compreensão, conforme nosso entendimento, encontram abrigo na escuta.

As grandes mudanças nessa macro-operação envolvem: 1) a passagem de uma referência mostrada, ancorada na situação, para uma referência discursiva, ancorada intralinguisticamente no discurso e 2) a passagem das formas enunciativas (formas fônicas presentes no discurso da criança que o outro escuta para atribuir sentido na enunciação, embora não as identifique como pertencentes ao sistema nativo da língua) às formas fônicas sistêmicas (reconhecíveis como pertencentes ao sistema da língua).

3.3 A operação de inscrição enunciativa na língua-discurso: o papel da escuta

Nesta operação, Silva (2007; 2009) focaliza o “aparelho formal da enunciação, via verificação da presença de índices específicos da enunciação (pessoa, tempo e espaço) e de certos recursos linguísticos dos quais a criança se vale para marcar-se no discurso como sujeito e movimentar-se em direção ao poder criador da própria língua de, por meio da enunciação, retomar acontecimentos passados, simular acontecimentos e projetar acontecimentos futuros.

A singularidade que caracteriza a enunciação implica as categorias de pessoa, de tempo e de espaço, em uma configuração vinculada ao próprio ato, à situação em que se realiza e aos instrumentos de sua realização. A utilização da língua por aquele que enuncia introduz, em primeiro lugar, o locutor em seu discurso, por meio de um jogo de formas específicas, que o insere em uma relação constante e necessária com o alocutário, com a sua enunciação e, por consequência, com a língua.

No segundo fato enunciativo dessa operação, ilustraremos o papel da escuta na passagem de um uso discursivo de marcação de coordenadas de pessoa, tempo e espaço para uma realidade de discurso em que ocorre um desdobramento do discurso, visto a enunciação atual apresentar uma enunciação anterior.

Fato enunciativo 5 – A marcação da pessoa subjetiva

Participantes: CAR (tia, filmando); PAI; MÃE; EDU (irmão de 7 anos).
Idade da criança: 2;2.11.
Situação: FRA está em sua casa, interagindo com os familiares.

Com: FRA conversa com CAR na frente de sua casa.
FRA: possu @@@ **eu vô bóia**
CAR: **tu vai imbora?**
FRA: **eu vô**
CAR: pra ondi?
FRA: **eu vô queiégio Bebetu**
CAR: ãh?
FRA: **eu vô queiégio Bebetu**
CAR: vai no colégio com Bebetu?
FRA: **eu vô queiégio Bebetu eu vô queiégio Bebetu**
CAR: [= risos]
FRA: [= risos] @@@ ti ti ti

Fato enunciativo 6 – A retomada de enunciação anterior

Participantes: CAR (filmando); EDU (irmão de 8 anos).
Idade da criança: 2;09.20.
Situação: FRA está em sua casa, conversando e brincando com CAR e com EDU.

FRA: ô DUDU QUÉ BINCA CUM NÓIS? @ **O Dudu pediu qui eie qué bincá cum nós**
CAR: é? @ Intão convida o Dudu pra fazê uma brincadera
FRA: tá vamu ah va vamu passa passaa aqui cum a minha tia Dudu @ tá Dudu? @ Vamu?
CAR: [= risos]

Nessa operação, do ponto de vista enunciativo, Silva (2009) pontua as seguintes lógicas, conforme citação a seguir:

- a criança enuncia X, evidenciando: a) a marca do sujeito da enunciação no discurso, através do diálogo que estrutura a enunciação pelo aparelho de funções sintáticas (asserção, intimação e interrogação); b) a marca do sujeito da enunciação no discurso por meio de recursos do aparelho formal da enunciação (categoria de pessoa) e c) a referência do sujeito da enunciação por meio da nominalização.

A lógica de dupla enunciação pode ser esquematizada do seguinte modo:

- a criança enuncia X a partir de Y (ação ou dizer retomado, projetado ou simulado), em que X contém: a) ação anterior (Y) de *eu* e sua posição na enunciação presente; b) a posição de *eu* sobre enunciação anterior (Y); c) a projeção de enunciação futura de *eu* para determinado *tu* (X mostra a projeção de Y) e d) simulação de dizer

do *eu* para o *tu*, em que a enunciação torna-se espaço para o *eu* criar outras enunciações para o *tu*. (SILVA, 2009, 265-266).

Nessa operação, Silva (2007; 2009) assinala a passagem de um uso discursivo da língua em que a criança se inscreve como sujeito por meio do uso de funções e formas para um uso de dupla enunciação em que produz discurso com a inserção de outro discurso, constituindo aí sua posição de sujeito da enunciação.

Nas lógicas dessa operação, salientamos, do ponto de vista da escuta, no fato enunciativo 5, a presença de inversibilidade enunciativa *eu-tu*, na relação entre asserção da criança (“eu vô bóia”), interrogação do outro (“tu vai embora?”), resposta assertiva da criança (“eu vô”), nova interrogação do outro (“pra ondi?”) e nova asserção da criança (“eu vô queiégio Bebetu”). Aqui, ganham relevo as inversibilidades de escutas e de enunciações de retorno, no jogo intersubjetivo interno à enunciação, pois as asserções da criança estão em relação, no fio do discurso, com as interrogações do outro que lhe são endereçadas.

Tal estabilidade na inversibilidade *eu-tu* possibilita à criança, em um uso complexo das formas, recuperar, no segundo fato enunciativo, a escuta de um pedido do irmão (“O Dudu pediu qui eie qué bincá cum nós”). O relato de uma enunciação passada no interior da enunciação atual da criança dá mostras do modo como esta lida com a complexidade temporal da língua no discurso, porque “os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível que o presente” (BENVENISTE, 1989, p. 75). É na instância de discurso que FRA desloca o eixo axial da enunciação (o presente) para o passado, com vistas a estabelecer referência à enunciação anterior que escutou de seu irmão.

O que é interessante observar, no fato enunciativo 6 em relação aos anteriores, é a autonomia da criança ao relatar um acontecimento linguístico de seu universo para o outro via organização das coordenadas de pessoa e tempo. Nessa organização, a criança insere-se como pessoa no discurso e inclui CAR (“nós”), situando o outro (“ele”) em remissão ao irmão (“Dudu”) presente em enunciação anterior. Por isso, junto à marca de pessoa “nós”, é importante a marcação do tempo passado (“pediu”), pois, como afirma Benveniste, “a temporalidade que é minha quando ela organiza o meu discurso, é aceita sem dificuldades como sua pelo meu interlocutor” (BENVENISTE, 1989, p. 77).

Com efeito, retomando Benveniste (1989), é importante pontuar que “para tornar inteligíveis essas referências intradiscursivas, deve-se ligar cada uma delas a um ponto determinado de um conjunto de coordenadas espaço-temporais” (BENVENISTE, 1989, p. 78,

79). Com efeito, o fato enunciativo 2 apresenta movimentos complexos realizados pela criança em relação aos eixos da personalidade e da temporalidade.

Em termos de personalidade, a pessoa subjetiva “eu” da enunciação anterior, que realiza o pedido no qual FRA se situa como ouvinte, vem para a enunciação atual de FRA como um efeito de sua escuta e marcado como não-pessoa “ele” (“O Dudu pediu qui eie qué bincá cum nós “), enunciação na qual FRA se implanta como “eu” e inclui a tia por meio da marca “nós”.

Em termos de temporalidade, há um movimento do eixo axial presente da enunciação para o passado, pois o acontecimento enunciativo anterior para ser apresentado no presente (enunciação atual) não pode ser enunciado com a marca de presente. Por isso, o perfeito figura como o “laço vivo entre um acontecimento passado e o presente no qual a sua evocação se dá” (BENVENISTE, 1995, p.270). Nesse sentido, FRA relata o pedido do irmão como participante que escuta a enunciação anterior para fazer repercutir esse acontecimento enunciativo referido e ligá-lo ao presente em que se situa, enunciativamente, com CAR.

Vemos, nessa operação, a importância da escuta da criança para realizar enunciações de retorno às enunciações do outro de modo mais autônomo e para *re-enunciar* um discurso que escutou em situação enunciativa anterior. A criança dá mostras, aqui, de estabilidade nos usos dos funcionamentos referencial e intersubjetivo no seu discurso e dá mostras de uso dos mecanismos anteriores agora de modo intralinguístico.

4 Conclusão

Neste artigo, procuramos responder à seguinte pergunta: *qual o papel da escuta, nas diferentes macro-operações enunciativas, para a criança realizar as principais mudanças no interior dessas macro-operações?*

A formulação da resposta à questão foi possível por meio de movimentos teóricos, realizados na segunda seção, quando tratamos: 1) do lugar do ouvinte na Teoria da Linguagem de Émile Benveniste; 2) de uma noção de *escuta* como enunciação inspirada por Barthes (1976) e relacionada a ideias benvenistianas sobre enunciação e ouvinte e 3) das macro-operações de instauração da criança na língua materna, conforme Silva (2007; 2009), com as respectivas passagens operadas pela criança em cada uma.

Na seção teórica, inscrevemos a escuta como enunciação implícita e instância mediadora entre duas enunciações explicitadas nas inversibilidades enunciativas *eu-tu*. Nesse

sentido, defendemos a existência de inversibilidades não só de realizações vocais, mas também de escutas no ato de instauração da criança na língua materna.

O principal alcance metodológico dessa reflexão teórica está relacionado à consideração da escuta como instância de observação nos fatos enunciativos criança-outro, pois, se há uma enunciação de retorno após uma realização vocal atingir um ouvinte, conforme Benveniste (1989), então a “escuta” do ouvinte precisa ser uma instância metodológica importante possível de ser tratada na inversibilidade enunciativa de realizações vocais. Assim, o papel da “escuta”, na relação entre a enunciação anterior e a atual dos protagonistas da enunciação (criança e outro), tem sido um procedimento metodológico fundamental para explicação da instauração da criança em sua língua materna.

Analiticamente, o estudo responde à questão do artigo ao verificar o papel da escuta em cada uma das mudanças nas três macro-operações. Por isso, foram retomados recortes enunciativos presentes em Silva (2007), constituídos, neste estudo, como fatos enunciativos de análise.

Na primeira macro-operação, a escuta, como instância mediadora de enunciações explicitadas pela criança e pelo outro, é condição para a criança preencher seu lugar enunciativo, espaço no qual pode encontrar sua língua materna para nela ir se instaurando.

Na segunda macro-operação, temos indícios da importância da escuta para a atribuição de referência no fio de discurso e para a realização dos procedimentos de constituição e integração das unidades pela criança. A escuta, assim, dá mostras da presença da criança na interdependência dos domínios discursivo e sistêmico da língua, tornando-se fundamental na passagem da referência mostrada a uma referência intradiscursiva. Nessa interdependência de domínios, ocorre o estabelecimento, nas relações criança-outro, do vínculo referência-correferência, com destaque para a sintagmatização de formas fônicas e a compreensão do sentido no discurso (semantização operada pela escuta) e a identificação de unidades como partes de um sistema partilhado no uso nativo de sua língua (reconhecimento operado pela escuta).

Na terceira macro-operação, a escuta tem papel fundamental na marcação das coordenadas de pessoa, tempo e espaço como condição para a criança realizar movimentos complexos nos eixos da pessoalidade e da temporalidade e, desse modo, instanciar a dupla enunciação, inserção de uma enunciação passada na enunciação atual.

Portanto, este estudo aponta a interdependência de realizações vocais e de escutas na história de enunciações da criança e, conseqüentemente, na instauração da criança em sua língua materna.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. Escuta. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976. p. 137-145.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995 [1966].

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989 [1974].

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 165-190, 2021.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A escuta em uma abordagem enunciativa da aquisição de língua materna. In: ROSÁRIO, Heloisa Monteiro; HOFF, Sara Luiza; FLORES, Valdir do Nascimento. (Org.). *Leituras de Émile Benveniste*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022. p. 39-48.

SILVA, Carmem Luci da Costa; DIEDRICH, Marlete. Das formas embrionárias às formas complexas do discurso: movimentos linguístico-enunciativos da criança na aquisição da língua materna. *Estudos da língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 20, n.1, p. 115-140, 2022.

SILVA, Carmem Luci da Costa; CHACON, Lourenço. Formas sonoras e sentidos na aquisição da linguagem: a escuta como ocupação de lugar enunciativo. *ALFA: Revista de linguística*, São Paulo, v. 67, p. 1-22, 2023.

Artigo submetido em: 24 ago. 2023

Aceito para publicação em: 29 set. 2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.135046>